

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.938 - MS (2019/0273707-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **SÉRGIO LUIZ DE DAVID**
ADVOGADOS : **JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES - MS003291**
 GUSTAVO MARQUES FERREIRA - MS007863
 ANTONIO FERREIRA JÚNIOR - MS007862
 HENRIQUE SANTOS ALVES - MS016708
 MARIANA GONÇALVES RIBEIRO - MS327731
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - MS019645A**
INTERES. : **MARIA TEREZA HEY DE DAVID**
INTERES. : **HERMINDO DE DAVID**
INTERES. : **ALMIRO EUSEBIO DE DAVID**
INTERES. : **HOSPITAL NAZARENO LTDA.**
INTERES. : **PEDRO ANDRADE DE SOUZA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por SÉRGIO LUIZ DE DAVID, contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - SEGUNDA FASE - PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA - REJEITADA - ANALISADA COM O MÉRITO - ANÁLISE DAS CONTAS DEVE OBEDECER AO QUE RESTOU DETERMINADO NA PRIMEIRA FASE - PERÍCIA QUE SE MOSTROU ADEQUADA - CONCLUSÃO DO LAUDO PERICIAL PELA INEXISTÊNCIA DE SALDO DEVEDOR - RECURSO IMPROVIDO.

Se mesmo diante de um aparente julgamento citra petita, a prestação de contas na segunda fase serviu ao seu fim, tendo sido analisados na perícia todos os objetos observados na primeira fase, mantém-se a sentença que declarou a inexistência de saldo devedor a ser apurado. (e-STJ, fl. 95)

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta violação aos arts. 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2.015, sustenta, em síntese, ocorrência de julgamento *citra petita*, porquanto a sentença de segunda fase não apreciou todos os lançamentos registrados na conta corrente da recorrente, limitando-se a discutir apenas os lançamentos

relacionados com o contrato de financiamento n. 90/02541-5.

Contrarrazões apresentadas às fls. 763/768.

É o relatório.

Passo a decidir.

Quanto à ocorrência de julgamento *citra petita*, concluiu a Corte de origem:

Em que pese ter havido uma aparente limitação na abrangência da sentença, no que se refere ao objeto da prestação de contas determinado na primeira fase, tenho que a perícia realizada na segunda fase mostra-se adequada e atendeu ao fim determinado.

De fato, ao contrário do que restou afirmado na sentença, no sentido de que a primeira fase limitou a discussão apenas aos lançamentos relacionados com o contrato de financiamento n. 90/02541-5, verifica-se que tal delimitação não ocorreu.

Tanto é que, no relatório da própria sentença prolatada na primeira fase, restou consignado como pedido formulado na inicial pelo autor:

'Pedi a procedência da ação para que o banco preste as contas referentes ao contrato de cédula rural pignoratícia e hipotecária nº 90/02541-5, comprovando com documentos idôneos a liberação e o crédito na conta corrente do requerente. Bem como, que preste também informação referentes ao contrato de cédula rural pignoratícia e hipotecária emitida em 19.11.1989, com vencimento em 15.07.1991, no valor de CR\$ 9:974.673,78, correspondente a 131.619,83 unidades de BTN cotado oficialmente a CR\$75.7837/unidades na data da emissão de título conforme depósito imediato na conta corrente do requerente referente as parcelas do contrato, sendo que a primeira seria no valor de 60.648,23 BNT, a partir de 01.12.1990, 58.067,45 BTN em 01.02.1991, e 12.904,15 BNT. E por fim, que o banco preste as contas do valor do processo de execução 010.92.000161-0, no valor de CR\$ 21.071.607,96.'

E a sentença de primeira fase julgou procedente o pedido do apelante determinando exatamente que a prestação de contas recaísse sobre 'a cédula rural pignoratícia e hipotecária nº 90/02541-5, comprovando com documentos idôneos a liberação e o crédito na conta corrente do requerente. Ainda, preste informações referentes ao contrato de cédula rural pignoratícia e hipotecária emitida em 19.11.1989, com vencimento em 15.07.1991, no valor de CR\$9.974.673,78 ... referente às parcelas do contrato, sendo que a primeira seria no valor de 60.648,23 BTN, a partir de 01.12.1990, 58.067,45BTN em 01.02.1991, e 12.904,15 BTN. E por fim, que o banco preste as contas do valor

do processo de execução 010.92.000161-0, no valor de CR\$ 21.071.607,96...' (f. 194/201, 279/283, 297/301,316/319,334/337, 389/391, 393).

Com o início da segunda fase da prestação de contas, foi determinada a realização de perícia judicial, até então, em conformidade com o comando judicial contido na sentença de primeira fase.

Conforme se denota da perícia realizada nos autos (f. 563/584), o perito levou em consideração o que restou determinado na sentença da primeira fase, analisando os três objetos delimitados na prestação de contas, qual seja, o lançamento referente ao contrato de Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária de nº 90/02541-5, no valor de Cr\$ 9.974.637,78, em 19/11/1990, o débito no valor de CR\$9.974.673,78, feito no mesmo dia, e o valor de CR\$ 21.071.607,96 do processo de execução 010.92.000161-0.

Tanto é verdade que, a) a respeito da cédula 90/02541-5, afirmou que 'os valores pleiteados pela Parte REQUERENTE, foram lançados em conta corrente em data anterior à emissão do contrato de nº 90/02541-5 (emitido em 19/11/1990), ou seja, não tem relação com Cédula Rural discutida', b) acerca do débito Cr\$ 9.974.637,78, concluiu que 'o lançamento do débito identificado pelo código 500 (movimento do dia), no valor de Cr\$ 9.974.637,78 lançado em conta corrente em 19/11/1990 (mesmo dia de liberação do crédito da Cédula Rural nº 90/02541-5), não foi comprovado pela Instituição', e que devidamente atualizado resultaria num saldo de R\$ 494.702,71 (quatrocentos e noventa e quatro mil setecentos e dois reais e setenta e um centavos), em favor do correntista, conforme cálculos no subitem '3.2'; e c) quanto ao valor referente ao processo de execução 010.92.000161-0, informou que 'não foram apresentados elementos (informações e/ou documentos) no presente Autos para a revisão do saldo devedor apresentado no processo de execução no valor de CR\$ 21.071.607,90.' (f. 568 e 570)

Posteriormente, diante da manifestação das partes em relação ao laudo pericial, bem como por ter a parte requerida esclarecido e comprovado, que o segundo valor levado em consideração na perícia, qual seja, o de Cr\$ 9.974.637,78, referia-se à cédula rural n. 89/01116-8 (f. 618/620), e não à cédula objeto da presente, houve por bem a magistrada singular, em despacho de f. 621/624, determinar nova intimação do perito, a fim de que se manifestasse sobre ter abrangido no laudo, lançamentos diversos daquele referente à cédula rural nº 90/02541-5. Senão vejamos trecho da determinação judicial:

'Assim, a perícia determinada pelo juízo deve abranger os lançamentos referidos no dispositivo da sentença e não cabe, ao

perito, apre ciar apretensa prestação de contas apresentada pela parte requerente que, como decidido às f 485/486, não se prestou a tanto.'

Tenho que, a partir deste ponto, teve início a confusão em torno do que realmente seria objeto da prestação de contas na segunda fase.

Ao contrário do que restou determinado em f. 618/620, o lançamento no valor de Cr\$ 9.974.637,78, embora referente à cédula rural 89/01116-8, e não à cédula rural nº 90/02541-5, também era objeto da prestação de contas e deveria sim, ter sido analisado na perícia.

O problema é que, em relação ao débito de Cr\$ 9.974.637,78 e ao valor de CR\$ 21.071.607,96 do processo de execução 010.92.000161-0, não havia documentação que permitisse conclusão diversa da que restou contido no laudo naquele momento.

Contudo, mesmo com a determinação judicial que limitou o alcance da perícia, deve ser levado em consideração que, após a manifestação das partes, foi determinada a complementação do laudo, para que fosse analisada a documentação trazida pela requerida acerca do débito de Cr\$ 9.974.637,78 refere-se à Cédula Rural nº 89/01116-8.

E em f. 632, acerca da referida documentação, mais uma vez o perito atendeu ao comando judicial, atestando que:

'Esclarecemos que até o momento da confecção do Laudo Pericial o documento acima não havia sido apresentado, assim, considerando a nova documentação apresentada, verifica-se que o débito de Cr\$ 9.974.637,78 refere-se à Cédula Rural nº 89/01116-8.

Assim sendo, diante do novo documento, retificamos a conclusão do Laudo, esclarecendo que nenhum dos débitos pleiteados pelo Autor, tem relação à cédula nº 90/2541-5, discutida nos Autos.'

Assim, obedecendo ao que restou determinado na sentença de primeira fase, mesmo com o equívoco ocorrido quanto à abrangência do que seria objeto

de prestação de contas, certo é que, reunindo o laudo pericial e sua complementação, vê-se que por fim foram analisados, tanto o lançamento contido na cédula rural nº 90/254-5, quanto o débito de Cr\$ 9.974.637,78 tendo o perito concluído 'que o débito de Cr\$ 9.974.637,78 refere-se à Cédula Rural nº 89/01116-8' e que 'nenhum dos débitos pleiteados pelo Autor, tem relação à cédula nº 90/2541-5, discutida nos Autos.'

Dessa forma, vê-se que mesmo diante de um aparente julgamento citra petita, a prestação de contas na segunda fase serviu ao seu fim, tendo sido analisados todos os objetos observados na primeira

fase, em especial, o valor referente à cédula rural n. 90/2541-5, o qual foi regularmente creditado na conta bancária da parte requerente em 19/11/1990 como se verifica do documento de f. 426 e conforme admitido pela própria suplicante às f. 638/639, bem como o segundo valor, o qual não foi debitado de forma indevida nem aleatória, pois comprovado nos autos ser proveniente da cédula rural n.º 89/01116-8.

E sobre o terceiro valor de CR\$ 21.071.607,96 referente ao processo de execução 010.92.000161-0, como bem observado pela d. magistrada, 'analisando o referido processo de execução (atual n. 0000161-54.1192), este se refere justamente à cédula rural n. 90/02541-5. Ou seja, a análise do referido processo volta-se justamente para a cédula rural em comento.'

Assim, tem-se que a sentença invecivada não merece reparos.

[...]

O julgamento citra petita apontado em relação a prestação de contas não prevalece, pois houve a análise dos três pontos destacados na primeira fase: cédula rural n. 90/2541-5, creditado em 19/11/1990 (p. 426 e 638); o valor de CR\$ 9.974.673,78, referente a cédula rural 89/01116-8 (p. 619); e o valor de CR\$ 21.071.607,96 da execução n.º 0000161-54.1992.8.12.0010 (010.92.000161-0), referente à cédula rural n. 90/02541-5. (fls. 734-740 - grifou-se)

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à ocorrência de julgamento *citra petita*, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula n.º 7/STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA SOBRE O PAGAMENTO. SIMPLES COBRANÇA NÃO CONFIGURA CONDUTA ILÍCITA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. JULGAMENTO CITRA PETITA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A matéria constitucional invocada não é de ser examinada nesta via, porquanto refoge à missão creditada ao Superior Tribunal de Justiça, pelo artigo 105, inciso III, da Carta Magna, qual seja, a de unificar o direito infraconstitucional.

2. Insubsistente o alegado julgamento citra petita, pois o órgão

julgador não violou os limites objetivos da pretensão, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa do pedido formulado na inicial, respeitando assim o princípio processual da congruência.

3. Inviável a análise de eventual violação aos dispositivos legais arrolados no apelo nobre, uma vez que o Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para concluir pela improcedência do pedido do recorrente.

Incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 971.316/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/04/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 18% sobre o valor atualizado da causa para 19% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator